



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(DO SENADO FEDERAL)  
(PLS 302/80).

ASSUNTO:

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprova  
da pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

NOVO DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO = TRABALHO = ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
(AUDIÊNCIA)

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO em 14 de agosto de 19 - 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Oscar Colares *ju*, em 29/8 19 89  
O Presidente da Comissão de Justiça e Redação  
Ao Sr. Deputado Paulo Paim, em 22/08 1991  
O Presidente da Comissão de Trabalho, de Adm. e Serviço Público *W*  
Ao Sr. Deputado Saulo Coelho, em 29/8 19 93  
O Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio *JK*  
*Vista* Ao Sr. Deputado Osório Adriano, em 2/6 19 93  
O Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DESPACHO: COM.CONST.E JUSTIÇA - TRABALHO - FINANÇAS

À COM.CONST.E JUSTIÇA em 2 de dezembro de 1986

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de justiça

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO Nº 8422 DE 1986

# SINOPSE

Projeto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Ementa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Vetado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

05

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	EEIC	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Aloudes
		PL	8422	86	10	9	93	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

(Aprovação do parecer favorável ao Projeto e  
Contrário ao Substitutivo da ETASP do Relator  
Deputado Saulo Coelho, contra o voto do Deputado  
João Mendes

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

06

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	EEIC	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Aloudes
		PL	8422	86	28	10	93	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Encaminhado à CEJR

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CEIC	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Célia
		PL	8422	86	29	4	93	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Distribuído ao Deputado Saulo Coelho

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

2

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CEIC	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Pauco
		PL	8422	86	24	5	93	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Parecer favorável ao Projeto e Contracão  
ao Substitutivo da CTASP

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

3

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CEIC	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Célia
		PL	8422	86	2	6	93	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Concedida vista ao Deputado  
Osório Adriano.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

4

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CEIC	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Célia
		PL	8422	86	30	6	93	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Devolvido da vista com voto em  
separado favorável ao PL e contracão  
ao substitutivo de CTASP, do Deputado  
Osório Adriano.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	houzo
		PL	8.422	1986	22	08	1991	

Distribuído ao dep. Paulo Paim.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	houzo
		PL	8.422	1986	02	10	1991	

Devolvido pelo Relator, parecer: pela rejeição do PL 8422/86 e pela aprovação do substitutivo em anexo.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

03

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Ruiro
		PL	8422	1986	13	05	1992	

Aprovado o parecer do relator

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

04

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	houzo
		PL	8422	1986	09	06	1992	

Encaminhado à CEP.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986  
(DO SENADO FEDERAL)



Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,  
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE TRABALHO E DE  
FINANÇAS).



às Comissões de Constituição e Justiça,  
de Trabalho e de Finanças. Em 27.11.86.

*Alufony*

8.422/86

Redistribua-se as Comissões: (Res. 6/89)

1. Constituição e Justiça e Redação
2. Trabalho.
3. ---

*Alufony*  
Presidente

m 27 / 06 / 89.

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458 - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1986

*Jose Fragelli*  
SENADOR JOSÉ FRAGELLI  
PRESIDENTE





CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO,

aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de  
1º de maio de 1943.

TÍTULO IV

CONTRATO INDIVIDUAL DO  
TRABALHO

Capítulo II

Da remuneração

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebida alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1º Os valores atribuídos às prestações "in natura" deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (artigos 81 e 82).

§ 2º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.



S I N O P S E



Projeto de Lei do Senado nº 302/80.

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena

Lido no expediente da Sessão de 23/10/80 e publicado no DCN (Seção II) de 24/10/80.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Em 11/03/83, é arquivado nos termos do art. 337 do RI.

Em 15/04/83, é incluído em Ordem do Dia o RQS Nº 467/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 4/4/83, de desarquivamento do PLS Nº 302/80.

Em 18/04/83, é aprovado o RQS Nº 467/83, de desarquivamento do "Projeto.

Em 25/10/84, são lidos os seguintes Pareceres:

Nº 689/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia, pela constitucionalidade e juricidade do Projeto.

Nº 690/84, da Comissão de Legislação Social, relatado pela Senhora Senadora Eunice Michiles, pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CLS.

Nº 691/84, da Comissão de Finanças, relatado pelo Senhor Senador Pedro Simon. pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 2-CF. Aguardando inclusão Ordem do Dia.

Em 15/08/86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, com as Emendas nº 1-CLS e 2-CF. À CR, para ter direito o vencido para o 2º turno regimental.

Em 30/09/86, é lido o Parecer nº 1.030/86, da Comissão de Redação.

Em 26/11/86, é incluído em Ordem do Dia, discussão segundo turno.

É aprovado nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº 22, de 27.11.86





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, de 1980

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis de Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescido de três novos parágrafos, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 458. ....

§ 1º — ....

§ 2º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 20 (vinte) e a 25 (vinte e cinco) por cento do salário contratual.

§ 3º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedado, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

§ 4º Cessando o contrato de trabalho, ao empregado cabe desocupar, no prazo de 30 (trinta) dias, a habitação fornecida a título de salário-utilidade.

§ 5º Não serão considerados como salário, para os efeitos deste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos serviços.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Os acréscimos de dispositivos (§§ 2º a 4º) ora feitos ao art. 458, CLT, que trata do pagamento de salário *in-natura*, visam, basicamente, definir melhor os salários-utilidade de habitação e da alimentação, assim como fixar-lhes





percentuais máximos, para que não se causem prejuízos irreparáveis aos trabalhadores.

Aliás, a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário *in-natura*, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1980. — Humberto Lucena.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

.....  
Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1º Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

Nota

1) Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967.  
2) Intermináveis discussões foram travadas em torno das prestações *in natura* a empregado com remuneração superior ao salário mínimo. O Decreto-lei nº 229 liquida a questão estabelecendo que, para isso, podem ser usados os percentuais empregados na composição do salário mínimo. Tais percentuais se aplicam à remuneração efetivamente percebida pelo empregado.

3) V. Lei nº 3.030, de 19 de dezembro de 1956, sobre alimentação preparada e fornecida pelo próprio empregador.

4) Prestação *in natura* estabelecida contratualmente não se converte em dinheiro por decisão unilateral do empregador ou do empregado. Configura-se, na hipótese, alteração unilateral do contrato de trabalho.

Semelhante conversão só se admite por acordo entre as partes.

5) “Estabelecido contratualmente o fornecimento gratuito da moradia, isto é, sem desconto, é evidente que o empregador não poderá efetuar dito desconto, inexistente no início das relações contratuais de trabalho” (Cesari-  
no Júnior, Consolidação das Leis do Trabalho, edição de 1950, pág. 442).

Estamos de acordo com a posição do mestre patrício, pois defender-se tese oposta é reconhecer — o que seria um absurdo — a validade da alteração unilateral do contrato de trabalho.

LOTE: 62  
CAIXA: 232  
PL Nº 8422 de 1986  
9 - A





6) A propósito da moradia do zelador do edifício como salário-utilidade, Mascaro Nascimento teceu considerações sobremodo judiciosas: “a jurisprudência admite os descontos correspondentes à moradia do zelador de edifício. Parece-nos, no entanto, que a matéria é contratual, tudo dependendo do ajuste estabelecido entre as partes. Se a habitação é gratuita, será impossível a superveniência unilateral de descontos a esse título. Se dos salários do zelador sempre foi descontada a moradia, tal desconto é lícito porque tem a natureza de cláusula contradual ainda que tácito” (O Salário, pág. 105-106).

7) As prestações *in natura* fornecidas ao empregado por força do contrato de trabalho ou habitualmente, por estarem compreendidas no salário, devem ser consideradas no cálculo da contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

8) V. Lei nº 631, de 14-8-76, Dec. nº 78.676, de 8-11-76, e Parecer Normativo CST nº 25, de 30-3-78, sobre incentivos fiscais à alimentação dos trabalhadores.

Publicado no DCN (Seção II), de 24-10-80





# SENADO FEDERAL

## (\*) PARECERES N.ºs 689, 690 e 691, de 1984

**Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 302, de 1980, que "acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho".**

**PARECER N.º 689, DE 1984**

**Da Comissão de Constituição e Justiça**

**Relator: Senador Orestes Quércia**

O projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Humberto Lucena, acrescenta parágrafos ao art. 458 da CLT, que trata do salário-utilidade.

2. Na Justificação, aduz o autor: "Os acréscimos de dispositivos (§§ 2.º a 4.º) ora feitos ao art. 458, da CLT, que trata do pagamento de salário "in-natura", visam, basicamente, a definir melhor os salários-utilidade de habitação e da alimentação, assim como fixar-lhe percentuais máximos, para que não se causem prejuízos irreparáveis aos trabalhadores."

3. O projeto desmerece reparos sob os aspectos jurídico-constitucional e técnico-regimental.

No mérito (art. 100, item I, n.º 6, do Regimento Interno), do qual melhor dirão as doudas Comissões de Legislação Social e de Finanças, a proposição nos parece merecedora de acolhimento.

Dos três parágrafos que se acrescentam ao art. 458, o § 2.º estabelece que a habitação e a alimentação fornecidas a título de salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, não podendo ultrapassar 20% e 25% (vinte e vinte e cinco por cento), respectivamente, do salário contratual. O

§ 3.º determina a forma de avaliar a habitação coletiva, para efeito de salário-utilidade, vedando a utilização de uma unidade residencial por mais de uma família. O § 4.º fixa o prazo de desocupação da habitação fornecida a título de salário-utilidade, findo o contrato de trabalho. O § 4.º é o atual § 2.º, renumerado.

4. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto, por constitucional, jurídico, regimental, de boa técnica legislativa e, no mérito (art. 100, item I, n.º 6, do Regimento Interno), oportuno e conveniente.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1981.  
— Nelson Carneiro, Presidente em exercício — Orestes Quércia, Relator — Moacyr Dalla — Almir Pinto — Lenoir Vargas — Murilo Badaró — Franco Montoro — Tancredo Neves — Martins Filho — Bernardino Viana.

**PARECER N.º 690, DE 1984**

**Da Comissão de Legislação Social**

**Relatora: Senadora Eurine Michiles**

Propõe o eminente Senador Humberto Lucena, pelo projeto em exame, o acréscimo de três parágrafos ao artigo 458, da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre o pagamento de salário *in natura* ao trabalhador.

Como se sabe, além do pagamento em dinheiro, pode o contrato de trabalho estipular que parte do salário corresponda a prestações diretas de alimentação, habitação, vestuário etc., desde que os valores atribuídos a cada uma dessas parcelas sejam "justos e razoáveis" e não excedam aos per-





centuais utilizados para a composição do salário mínimo (§ 1.º).

O que o ilustre autor do projeto pretende é delimitar, a 20 e a 25% do salário contratual, os percentuais das parcelas concernentes à habitação e à alimentação, por considerar que essas prestações têm dado margem a abusos por parte dos empregadores e, conseqüentemente, "prejuízos irreparáveis" para os empregados.

Além disso, busca disciplinar o valor da habitação quando fornecida para uso coletivo, caso em que ele corresponderá a uma divisão proporcional pelo número de ocupantes.

Os dois últimos parágrafos do projeto, entretanto, dispõem sobre matéria já inteiramente regulada por lei. O primeiro trata da desocupação de imóvel ocupado pelo empregado, no prazo de 30 dias, quando ocorrer a rescisão do contrato de trabalho.

Ora, essa desocupação já está prevista no artigo 8.º da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979 (Lei do Inquilinato), a qual se não for atendida pelo inquilino, ensejará o despejo a ser decretado pelo Juiz no referido prazo de 30 dias.

O outro parágrafo é o que declara não constitutivos do salário os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos pelo empregador, quando necessários à prestação dos serviços. Mas, isso, é exatamente o que dispõe o atual § 2.º do artigo 458 em questão.

Face ao exposto, e considerando que o projeto traz melhorias e aperfeiçoa o entendimento do texto legal, opinamos pela sua aprovação com a seguinte Emenda:

#### EMENDA N.º 1 — CLS

Suprimam-se os §§ 4.º e 5.º, constantes na redação dada pelo art. 1.º do projeto ao artigo 458 da CLT.

Sala da Comissão, 22 de março de 1984.  
— Jutahy Magalhães. Presidente — Eunice Michiles, Relatora — Fernando Henrique Cardoso — Pedro Simon — João Calmon — Gabriel Hermes.

#### PARECER N.º 691, DE 1984

##### Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Pedro Simon

O ilustre Senador Humberto Lucena propõe, com o projeto em exame, alterar a redação do atual § 2.º do artigo 458 da CLT, bem assim acrescentar-lhe três novos parágrafos.

O referido art. 458 trata das prestações *in natura* compreendidas no salário, disciplinando-lhes o pagamento.

A justificação do projeto deixa expressamente assinalado o objetivo do autor, que é o de melhor definir os salários-utilidade, de habitação e de alimentação, e fixar os percentuais máximos correspondentes, de modo a impedir que se causem irreparáveis prejuízos ao trabalhador.

Acrescenta que "a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário *in natura*, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro".

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social aprovaram a matéria.

Esta última, encampando a opinião do Relator, a ilustre Senadora Eunice Michiles, adotou e aprovou a Emenda n.º 1-CLS apresentada, pela qual determina-se a supressão dos § 4.º e 5.º introduzidos pela proposição sob exame.

A justificação, da referida emenda supressiva, constante do parecer que a ensejou, esclarece que os citados parágrafos dispõem sobre matéria já regulada em lei.

Assim, o § 4.º que prevê a desocupação, no prazo de 30 (trinta) dias, da habitação fornecida a título de salário-utilidade, estaria apenas reproduzindo norma existente com idêntico mandamento, ou seja, a do artigo 8.º da Lei n.º 6.649, de 16-5-79, a Lei do Inquilinato.

Convém transcrever o texto desse dispositivo:

"Art. 8.º O empregador pode dar por findo o contrato de locação com o empregado, quando houver rescisão do contrato de trabalho e o prédio locado se destinar à moradia do empregado."

A primeira grande diferença entre a norma do art. 5.º da Lei n.º 6.649/79 e a do § 4.º do art. 458 da CLT, que se propõe acrescentar, é que esta tem caráter de norma imperativa, nela se fixando, inclusive, prazo para desocupação, enquanto aquela é de natureza apenas permissiva ou facultativa, nem mesmo obrigando o término do contrato de locação em prazo determinado.

Nesse sentido, aliás, o art. 5.º da Lei n.º 6.649/79 é mais generoso e benéfico ao empregado do que a norma proposta.

A segunda diferença entre os dois dispositivos diz respeito à natureza sistemática





de cada norma. Uma, inserida no sistema jurídico próprio das locações prediais urbana; outra aqui proposta, cabível, especificamente, na disciplina própria do salário **in natura**, como tal regulado na CLT. Ante essas distinções, não cabe, a nosso ver, suprimir-se a norma proposta, embora repita-se a da Lei do Inquilinato seja menos drástica.

Quanto ao § 5.º, também objeto da supressão aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, trata-se, sem dúvida, de repetição do conteúdo do atual § 2.º do art. 458. razão por que deve ser mantido com a renumeração vigente, renumerados, subsequente, os §§ 2.º, 3.º e 4.º ora acrescentados.

Ante o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, com a seguinte Emenda:

**EMENDA N.º — CE**

Renumerem-se o § 5.º para § 2.º e os §§ 2.º, 3.º e 4.º, subsequentemente, para §§ 3.º, 4.º e 5.º, com a redação proposta no projeto.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1984.  
— **Passos Pôrto**, Presidente eventual. — **Pedro Simon**, Relator — **José Fragelli** — **Carlos Lyra** — **Hélio Gueiros** — **Gabriel Hermes** — **Almir Pinto** — **Itamar Franco** — **Jorge Kalume**.

Publicados no DCN (Seção II) de 26-10-84

(\*) Avulso refeito por incorreção no anterior





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 467, de 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 302/80 que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 4 de abril de 1983. — *Humberto Lucena*.

Publicado no DCN (Seção II), de 5-4-83



COMISSÃO DE REDAÇÃO  
PARECER Nº 1030, DE 1986



Redação do vencido para o  
segundo turno regimental do Proje  
to de Lei do Senado nº 302, de  
1980.

*Aprovado, em 26.11.86  
A Comissão do Deputado*

R E L A T O R: Senador *NEVALDO MARINHO*

A Comissão apresenta a redação do vencido para o se-  
gundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 1980,  
que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala de Reuniões da Comissão, de de 1986.

*Três Relatores*

, PRESIDENTE

*10300*

RELATOR





Redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 1980.

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458 - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.





SM/Nº 722

Em 27 de novembro de 1986

P.L. Nº 8.422/86

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 1980, constante dos autógrafos juntos, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

Senador JOÃO LOBO

Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD  
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.  
JV/.





Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458 - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

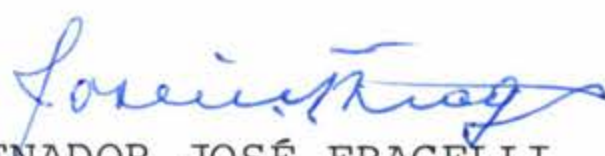
§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1986

  
SENADOR JOSÉ FRAGELLI  
PRESIDENTE



RESOLUÇÃO NUMERO 06, de 04 de Abril de 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1o. - Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único - Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no caput deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2o. - Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1o., caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3o. - As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4o. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o. - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 4 de abril de 1989

Deputado PAES DE ANDRADE  
Presidente da Câmara dos Deputados





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente - Art. 2º da Resolução nº 06/89)

#### Na ementa, onde se lê:

##### **PROJETO DE LEI Nº 8.422, de 1986**

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.)

#### Leia-se:

##### **PROJETO DE LEI Nº 8.422, de 1986**

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO; E DE TRABALHO)





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado OSCAR CORRÊA JÚNIOR

RELATÓRIO

Oriundo do Senado Federal, visa o projeto de lei acima ementado acrescentar §§ 3º e 4º ao art. 458 da CLT para estabelecer que:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% e 20% do salário contratual;

- em se tratando de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Argumenta o autor da proposição, nobre Senador Humberto Lucena, o seguinte:

"Os acréscimos de dispositivos (2º a 4º) ora feitos ao art. 458, CLT, que trata do pagamento de salário in natura visam, basicamente, definir melhor os salários-utilidade de habitação e da alimentação, assim como fixar-lhes percentuais máximos, para que não se causem prejuízos irreparáveis aos trabalhadores.

Aliás, a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário in natura, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro".





Nesta Casa, foi a proposta de lei em apreço distribuída às doudas Comissões de Constituição e Justiça e Redação e de Trabalho.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Na forma regimental, compete ao nosso órgão técnico opinar sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projetado.

Indubitavelmente, a proposição atende às exigências consubstanciadas na Constituição Federal relativamente:

- à competência da União para legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, inciso I);

- à atribuição do Congresso Nacional para, com a san-ção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48);

- ao adequado processo legislativo ordinário utilizado (art. 59, inciso III);

- à legitimidade da iniciativa parlamentar (art. 61).

Face às antecedentes razões apresentadas, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, do Senado Federal, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 1989.

  
Deputado OSCAR CORRÊA JÚNIOR  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Bernardo Cabral, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Michel Temer, Aloysio Chaves, Costa Ferreira, Eliézer Moreira, Evaldo Gonçalves, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Nilson Gibson, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congo Neto, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Paes Landim, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Roberto Torres, Jovani Masini, Alcides Lima, Jesualdo Cavalcanti, Adylson Motta, Jorge Arbage, Lélío Souza, Ubiratan Aguiar e Rodrigues Palma.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM  
Presidente

  
Deputado OSCAR CORRÊA  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.422/86

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O Art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações **in-natura** deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

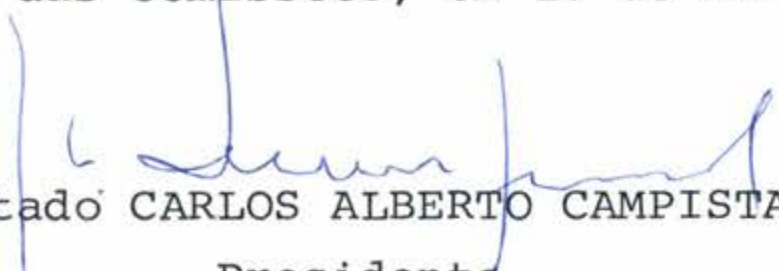
§ 2º - .....

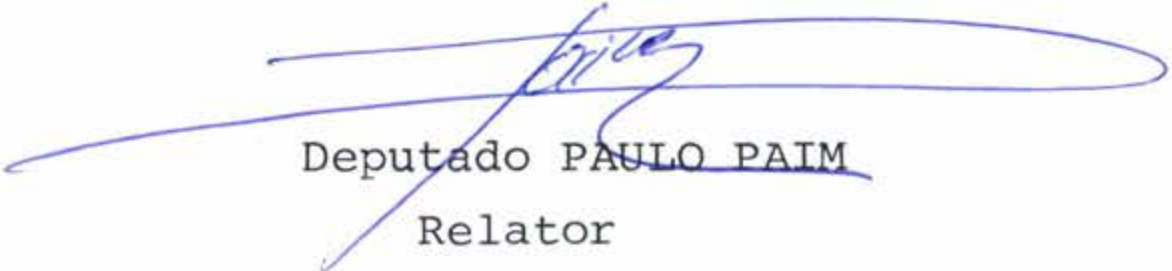
§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1992.

  
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.422, de 1986

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

AUTOR: SENADO FEDERAL

RELATOR: DEPUTADO PAULO PAIM

I. RELATÓRIO:

O projeto do Senado Federal pretende acrescentar parágrafos ao art. 458 da CLT, com o seguinte conteúdo:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual;

- quando se tratar de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

É o relatório.

II. VOTO DO RELATOR:

O Projeto de Lei do Senado Federal, em que pese a importância da iniciativa e o acerto em definir limites para o salário **in-natura**, ainda, salvo melhor juízo, não resolve o problema que pretende solucionar.

A Câmara dos Deputados, por seu Plenário, aprovou






recentemente Projeto de Lei dispondo sobre o trabalho da empregada doméstica, consignando para aquelas trabalhadoras um salário **in-natura** que não poderia ultrapassar de 10% (dez por cento) do total do salário.

Se naquele caso, dadas as peculiaridades do trabalho não se estabeleceu limite maior do que 10%, não será agora que a Câmara irá alterar a sua posição.

Desta forma, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, na forma do substitutivo em anexo.

É o nosso voto.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.



Deputado PAULO PAIM  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO DO RELATOR  
AO PL nº 8.422/91

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 458** - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações **in-natura** deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

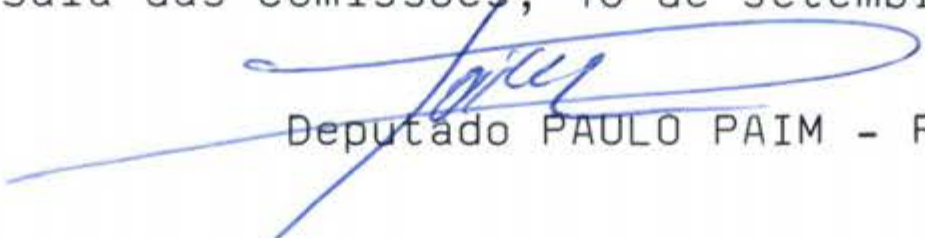
§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.

  
Deputado PAULO PAIM - Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.422/86

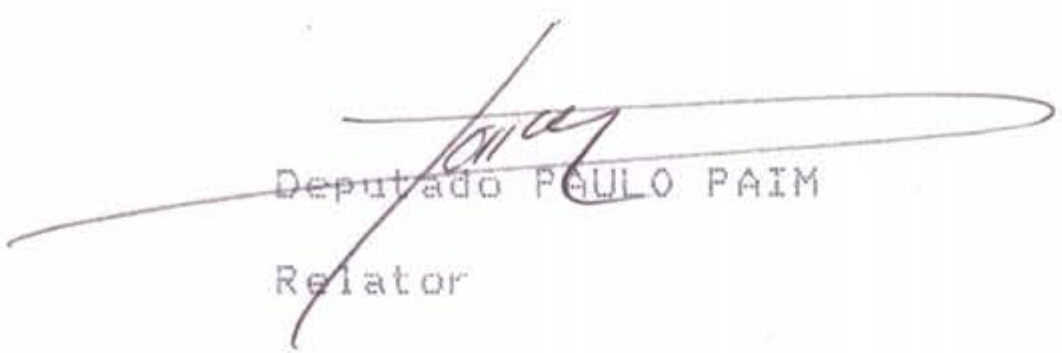
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, OPINOU, UNANIMEMENTE, pela aprovação, com Substitutivo do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Carlos Alberto Campista - Presidente, Amaury Müller, Délio Braz e José Carlos Sabóia - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Aldo Rebelo, Marcos Lima, Maurici Mariano, Zaire Rezende, Chico Vigilante, Beraldo Boaventura, Jabes Ribeiro, Mauro Sampaio, Paulo Paim, Paulo Rocha, Hugo Biehl, João de Deus Antunes, Caldas Rodrigues, Jair Bolsonaro, Messias Gois, Sérgio Barcellos, Nilson Gibson, Augusto Carvalho, Sigmaringa Seixas e Ernesto Gradella.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 1.992

  
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986

(DO SENADO FEDERAL)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com Substitutivo.

(PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## \* PROJETO DE LEI N.º 8.422, DE 1986

(Do Senado Federal)

**Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.**

(Às Comissões de Constituição e Justiça e Redação; e de Trabalho.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 458. ....

§ 1.º ....

§ 2.º ....

§ 3.º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4.º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.”

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de novembro de 1986. — **José Fragelli**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES*

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

(Lei Aprovada pelo Decreto N.º 5.452,  
de 1.º de maio de 1943.)

.....  
(\*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — Resolução n.º 6/89)



**TÍTULO IV**  
**Contrato Individual do Trabalho**

**CAPÍTULO II**  
**Da Remuneração**

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1.º Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2.º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

**SINOPSE**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 302/80**

**Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,**

**aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.**

Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.

Lido no expediente da sessão de 23-10-80 e publicado no DCN (Seção II) de 24-10-80.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Em 11-3-83, é arquivado nos termos do art. 337 do RI.

Em 15-4-83, é incluído em Ordem do Dia o RQS n.º 467/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 4-4-83, de desarquivamento do PLS n.º 302/80.

Em 18-4-83, é aprovado o RQS n.º 467/83, de desarquivamento do projeto.

Em 25-10-84, são lidos os seguintes pareceres:

N.º 689/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senhor Senador Orestes Quércia, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

N.º 690, da Comissão de Legislação Social, relatado pela Senhora Senadora Eunice Michiles, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 1-CLS.

N.º 961/84, da Comissão de Finanças, relatado pelo Senhor Senador Pedro Simon, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 2-CF. Aguardando inclusão Ordem do Dia.

Em 15-8-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, com as Emendas n.ºs 1-CLS e 2-CF. À CR, para redigir o vencido para o 2.º turno regimental.

Em 30-9-86, é lido o Parecer n.º 1.030/86, da Comissão de Redação.

Em 26-11-86, é incluído em Ordem do Dia, discussão segundo turno.

É aprovado nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

A Câmara dos Deputados com o Ofício SM n.º 722, de 27-11-86.

**RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989**

**Determina o arquivamento das proposições que menciona.**

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no **caput** deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado **Paes de Andrade**, Presidente.



Em 14 de abril de 1993.

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986 (Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com Substitutivo.

(PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 458. ....

§ 1.º ....

§ 2.º ....

§ 3.º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4.º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.”

(\*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — Resolução n.º 6/89)



Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.  
Senado Federal, 27 de novembro de 1986. — José Fragelli, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

(Lei Aprovada pelo Decreto N.º 5.452,  
de 1.º de maio de 1943.)

**TÍTULO IV**

**Contrato Individual do Trabalho**

**CAPÍTULO II**

**Da Remuneração**

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1.º Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2.º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

**SINOPSE**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 302/80**

**Acréscima dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,**

**aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.**

**Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.**

**Lido no expediente da sessão de 23-10-80 e publicado no DCN (Seção II) de 24-10-80.**

**Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.**

**Em 11-3-83, é arquivado nos termos do art. 337 do RI.**

**Em 15-4-83, é incluído em Ordem do Dia o RQS n.º 467/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 4-4-83, de desarquivamento do PLS n.º 302/80.**

**Em 18-4-83, é aprovado o RQS n.º 467/83, de desarquivamento do projeto.**

**Em 25-10-84, são lidos os seguintes pareceres:**

**N.º 689/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.**

**N.º 690, da Comissão de Legislação Social, relatado pela Senhora Senadora Eunice Michiles, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 1-CLS.**

**N.º 961/84, da Comissão de Finanças, relatado pelo Senhor Senador Pedro Simon, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 2-CF. Aguardando inclusão Ordem do Dia.**



Em 15-8-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, com as Emendas n.ºs 1-CLS e 2-CF. À CR, para redigir o vencido para o 2.º turno regimental.

Em 30-9-86, é lido o Parecer n.º 1.030/86, da Comissão de Redação.

Em 26-11-86, é incluído em Ordem do Dia, discussão segundo turno.

É aprovado nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

A Câmara dos Deputados com o Ofício SM n.º 722, de 27-11-86.

#### RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

- a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e
- b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no *caput* deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado Paes de Andrade, Presidente.

### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### **I-** RELATÓRIO

Oriundo do Senado Federal, visa o projeto de lei acima ementado acrescentar §§ 3º e 4º ao art. 458 da CLT para estabelecer que:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% e 20% do salário contratual;

- em se tratando de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em





qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Argumenta o autor da proposição, nobre Senador Humberto Lucena, o seguinte:

"Os acréscimos de dispositivos (29 a 49) ora feitos ao art. 458, CLT, que trata do pagamento de salário in natura visam, basicamente, definir melhor os salários-utilidade de habitação e da alimentação, assim como fixar-lhes percentuais máximos, para que não se causem prejuízos irreparáveis aos trabalhadores.

Aliás, a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário in natura, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro".

Nesta Casa, foi a proposta de lei em apreço distribuída às doulas Comissões de Constituição e Justiça e Redação e de Trabalho.

É o relatório.

#### VOTO DO RELATOR

Na forma regimental, compete ao nosso órgão técnico opinar sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projetado.

Indubitavelmente, a proposição atende às exigências substanciadas na Constituição Federal relativamente:

- à competência da União para legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, inciso I);

- à atribuição do Congresso Nacional para, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48);

- ao adequado processo legislativo ordinário utilizado (art. 59, inciso III);

- à legitimidade da iniciativa parlamentar (art. 61).

Face às antecedentes razões apresentadas, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, do Senado Federal, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 1989.

  
Deputado OSCAR CORRÊA JÚNIOR  
Relator

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Bernardo Cabral, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Michel Temer, Aloysio Chaves, Costa Ferreira, Eliézer Moreira, Evaldo Gonçalves, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Benedicto Montelero, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Nilson Gibson, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congo Neto, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Paes Landim, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Roberto Torres, Jovani Masini, Alcides

Lima, Jesualdo Cavalcanti, Adylson Motta, Jorge Arbage, Lélío Souza, Ubiratan Aguiar e Rodrigues Palma.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM  
Presidente

  
Deputado OSCAR CORRÊA  
Relator

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I. RELATÓRIO:

O projeto do Senado Federal pretende acrescentar parágrafos ao art. 458 da CLT, com o seguinte conteúdo:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual;

- quando se tratar de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

É o relatório.

##### II. VOTO DO RELATOR:

O Projeto de Lei do Senado Federal, em que pese a importância da iniciativa e o acerto em definir limites para o salário in-natura, ainda, salvo melhor juízo, não resolve o problema que pretende solucionar.


A Câmara dos Deputados, por seu Plenário, aprovou recentemente Projeto de Lei dispondo sobre o trabalho da empregada doméstica, consignando para aquelas trabalhadoras um salário in-natura que não poderia ultrapassar de 10% (dez por cento) do total do salário.

Se naquele caso, dadas as peculiaridades do trabalho não se estabeleceu limite maior do que 10%, não será agora que a Câmara irá alterar a sua posição.

Desta forma, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, na forma do substitutivo em anexo.

É o nosso voto.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator





SUBSTITUTIVO DO RELATOR  
AO PL nº 8.422/91

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações in-natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.


  
Deputado PAULO PAIM - Relator

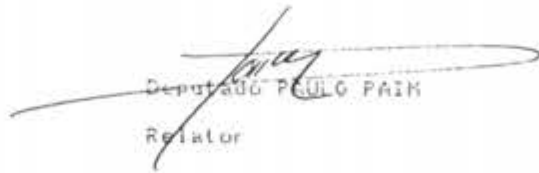
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, OPINOU, UNANIMEMENTE, pela aprovação, com Substitutivo do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Carlos Alberto Campista - Presidente, Amaury Müller, Délio Braz e José Carlos Sabóia - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Aldo Rebelo, Marcos Lima, Maurício Mariano, Zaire Rezende, Chico Vigilante, Beraldo Bonventura, Jabes Ribeiro, Mauro Sampaio, Paulo Paim, Paulo Rocha, Hugo Biehl, João de Deus Antunes, Cildas Rodrigues, Jair Bolsonaro, Messias Gois, Sérgio Barcellos, Nilson Gibson, Augusto Carvalho, Sigmaringa Seixas e Ernesto Gradelia.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 1992.

  
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O Art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações in-natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

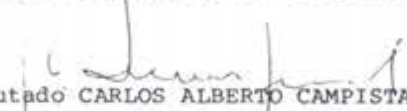
§ 2º - .....

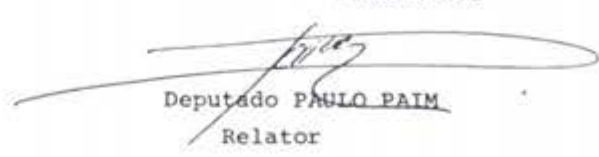
§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1992.

  
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.422-A DE 1986



REQUERIMENTO

*alpd*  
*14/4/93*

Requeiro, na forma do art. 117, X, do Regimento Interno, audiência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio para o PL nº 8.422-A, de 1986.

Sala das sessões, em 14 de abril de 1993.

*[Assinatura]* 215-





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Original*

**PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986**

Acrescenta dispositivos à  
Consolidação das Leis do Trabalho,  
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452,  
de 01 de maio de 1943.

**AUTOR:** SENADO FEDERAL

**RELATOR:** Deputado SAULO COELHO

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 8.422/86, oriundo do Senado Federal, acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01/05/43. Mais especificamente, introduz dois parágrafos ao art. 458 daquele instrumento legal. O § 3º preconiza que a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, 25% e 20% do salário contratual. O § 4º, por seu turno, determina que, tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Em sua justificação, o nobre Senador Humberto Lucena, autor da proposição, argumenta que os acréscimos de dispositivos ao citado art. 458 da CLT visam, basicamente, definir melhor os salários-utilidade de

*SC*





habitação e da alimentação, assim como fixar-lhes percentuais máximos, com o objetivo de evitar prejuízos irreparáveis aos trabalhadores. Segundo o ilustre parlamentar, a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário in natura, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro.

Encaminhado à Câmara dos Deputados em 27/11/86, a proposição foi, inicialmente, distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças. Arquivado por força do Resolução nº 6/89, o projeto em pauta foi posteriormente desarquivado, sendo, então, despachado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Na douta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação foi designado Relator o insigne Deputado Oscar Corrêa Júnior, que opinou pela aprovação do projeto em exame, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Seu parecer foi aceito por unanimidade pelo Plenário da Comissão, na sessão do dia 06/12/89.

No âmbito da respeitada Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, coube ao nobre Deputado Paulo Paim a missão de relatar o Projeto de Lei nº 8.422/86. Em seu voto, o ilustre parlamentar reconheceu a importância da iniciativa e o acerto em definir limites para o salário in natura. Não obstante, assinalou o digno Deputado que, salvo engano, a proposição em pauta não resolve o problema que pretende solucionar. Lembrou o parlamentar que esta Casa aprovou, recentemente, projeto de lei consignando para as empregadas domésticas uma parcela de salário in natura que não poderia ultrapassar 10% do total do salário. Assim, de acordo com o ilustre Relator, se, dadas as peculiaridades do trabalho doméstico, não se estabeleceu limite superior a 10% para aquela categoria de trabalhadores, não seria agora que a Câmara reveria semelhante decisão.

812





Assim, o nobre Deputado Paulo Paim opinou pela aprovação do referido projeto, na forma de substitutivo por ele apresentado, consistindo em alteração da redação original do § 1º do art. 458 da CLT e da inclusão de um § 3º ao mesmo dispositivo. De acordo com o substitutivo, o referido § 1º passa a estipular que os valores atribuídos às prestações in natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, 10% do salário. O novo § 3º proposto pelo parlamentar especifica que a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no § 1º.

Submetido à apreciação da douta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o parecer do Relator foi aprovado unanimemente pelo Plenário daquele colegiado, na sessão de 13/05/92. Desta forma, o substitutivo proposto pelo nobre Deputado Paulo Paim foi adotado pela referida Comissão.

Já neste ano de 1993, requereu-se audiência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio para o projeto em pauta. O respectivo requerimento foi deferido em 14/04/93.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Economia, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições da referida Comissão, no termos do art. 32, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

Defrontamo-nos com duas diferentes interpretações para a solução de um mesmo problema: os abusos praticados contra o trabalhador sob o disfarce do salário in natura. De um lado, o texto do projeto original, preconizando tetos para a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade, como proporção do salário contratual. De outro, o substitutivo da douta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de caráter mais rígido, estabelecendo o limite máximo de 10% do salário para os valores atribuídos ao **total** das prestações in natura (grifo nosso).

Quer-nos parecer que o texto original do projeto de lei representa o meio-termo mais adequado entre a situação vigente, caracterizada pela omissão da CLT sobre os referidos valores, e a solução algo drástica proposta pela citada comissão. De fato, se é verdade que a inexistência de um teto previamente fixado para a parcela dos salários paga in natura pode abrir as portas para deletéria exploração, não é menos verdade que o limite extremamente modesto de 10% para tal modalidade de remuneração pode inviabilizar completamente o fornecimento de moradia e alimentação para numerosas categorias de trabalhadores que, de outra forma, não terão como arcar com os custos de necessidades tão vitais.

Ademais, julgamos que a legislação trabalhista aplicada às empregadas domésticas não pode servir de parâmetro decisivo para a regulamentação do mercado de trabalho de todos os outros profissionais, em função das condições específicas daquela categoria de trabalhadores. Assim, o fato de a Câmara dos Deputados ter aprovado projeto de lei que fixa o limite de 10% do salário das empregadas domésticas para o montante correspondente a salário in natura não representa, em nossa opinião, condição suficiente para a extensão de tal dispositivo para o restante da sociedade brasileira.

scu

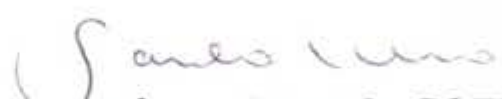




Desta forma, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, com o seu texto original, tal como recebido por esta Casa, e pela rejeição do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, reconhecendo, porém, as boas intenções de seu autor.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1993.

  
Deputado SAULO COELHO

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI No. 8.422, DE 1986

Acrescenta dispositivo à  
Consolidação das Leis do  
Trabalho, aprovada pelo  
Decreto-Lei no. 5.452, de  
10. de maio de 1943.

AUTOR: SENADO FEDERAL

RELATOR: Deputado SAULO  
COELHO

VOTO EM SEPARADO

Após uma análise mais cuidadosa do Projeto de Lei  
no. 8.422, de 1986, que pretende estabelecer os percentuais de  
25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento),  
respectivamente, para as parcelas fornecidas "in-natura" pelo  
empregador, na composição do salário global do empregado, bem  
como normas de cálculo do valor do salário-utilidade, no caso de  
uso de habitação coletiva, conclui-se que o mesmo vem atender aos

fundamentos econômicos e de justiça social, ao mesmo tempo em que complementa com propriedade os dispositivos da CLT.

O Projeto deverá prevalecer em seu texto original, ressaltando-se que a pretendida extensão do limite de 10% preconizado para os salários "in-natura" no cômputo da remuneração dos trabalhadores domésticos, conforme Proposta da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, homologatória do voto do seu Ilustre Relator, Deputado Paulo Paim, não se torna merecedora de acolhimento, uma vez que são bem diversas as condições ambientais e operacionais de trabalho daquele seguimento trabalhista, em relação às do trabalhador comum, salientando-se as vantagens de sua permanência no ambiente familiar e residencial.

Para o trabalhador comum, os gastos com habitação e alimentação absorvem custos bem mais elevados, razão pela qual se





justifica a participação percentual dos seus valores prevista no  
Projeto original.

Por estas razões, sou pela APROVAÇÃO do referido  
projeto, em sua forma original, acompanhando portanto o voto do  
eminente Relator, Deputado Saulo Coelho.

É o meu voto.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1993.



DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 8.422, de 1986

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra o voto do Deputado João Mendes, pela aprovação, do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do Relator. O Deputado Osório Adriano apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Márcia Cibilis Viana - Presidente, Vittorio Mediolí e Eraldo Tinoco - Vice-Presidentes, Antonio Barbara, Felipe Neri, Gonzaga Mota, Israel Pinheiro, Luiz Piauhyllino, José Carlos Aleluia, José Múcio Monteiro, Osório Adriano, Fetter Júnior, Pedro Pavão, Marino Clinger, Renato Johnsson, João Mendes, Mavíael Cavalcanti, Edson Menezes da Silva e Giovanni Queiroz.

Sala da Comissão, em 01 de setembro de 1993.

Deputada MÁRCIA CIBILIS VIANA  
Presidente

Deputado SAULO COELHO  
Relator



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 8.422-B, DE 1986. (DO SENADO FEDERAL)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com Substitutivo; e da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em audiência, pela aprovação, contra o voto do Sr. João Mendes e voto em separado do Sr. Osório Adriano.

(PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com Substitutivo.

(PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458. ....

§ 1.º ....

§ 2.º ....

§ 3.º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4.º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

(\*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — Resolução nº 6/89)



Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de novembro de 1986. — José Fragelli, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

(Lei Aprovada pelo Decreto N.º 5.452,  
de 1.º de maio de 1943)

**TÍTULO IV**

**Contrato Individual do Trabalho**

**CAPÍTULO II**

**Da Remuneração**

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1.º Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2.º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

**SINOPSE**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 302/80**

**Acréscima dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,**

**aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.**

**Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.**

**Lido no expediente da sessão de 23-10-80 e publicado no DCN (Seção II) de 24-10-80.**

**Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.**

**Em 11-3-83, é arquivado nos termos do art. 337 do RI.**

**Em 15-4-83, é incluído em Ordem do Dia o RQS n.º 467/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 4-4-83, de desarquivamento do PLS n.º 302/80.**

**Em 18-4-83, é aprovado o RQS n.º 467/83, de desarquivamento do projeto.**

**Em 25-10-84, são lidos os seguintes pareceres:**

**N.º 689/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.**

**N.º 690, da Comissão de Legislação Social, relatado pela Senhora Senadora Eunice Michiles, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 1-CLS.**

**N.º 961/84, da Comissão de Finanças, relatado pelo Senhor Senador Pedro Simon, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 2-CF. Aguardando inclusão Ordem do Dia.**



Em 15-8-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, com as Emendas n.ºs 1-CLS e 2-CF. A CR, para redigir o vencido para o 2.º turno regimental.

Em 30-9-86, é lido o Parecer n.º 1.030/86, da Comissão de Redação.

Em 26-11-86, é incluído em Ordem do Dia, discussão segundo turno.

É aprovado nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

A Câmara dos Deputados com o Ofício SM n.º 722, de 27-11-86.

#### RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

- a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e
- b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no *caput* deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado Paes de Andrade, Presidente.

### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### I- RELATÓRIO

Oriundo do Senado Federal, visa o projeto de lei acima ementado acrescentar §§ 3º e 4º ao art. 458 da CLT para estabelecer que:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% e 20% do salário contratual;

- em se tratando de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em



qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Argumenta o autor da proposição, nobre Senador Humberto Lucena, o seguinte:

"Os acréscimos de dispositivos (2º a 4º) ora feitos ao art. 458, CLT, que trata do pagamento de salário in natura visam, basicamente, definir melhor os salários-utilidade de habitação e da alimentação, assim como fixar-lhes percentuais máximos, para que não se causem prejuízos irreparáveis aos trabalhadores.

Alfás, a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário in natura, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro".

Nesta Casa, foi a proposta de lei em apreço distribuída às duntas Comissões de Constituição e Justiça e Redação e de Trabalho.

É o relatório.

#### VOTO DO RELATOR

Na forma regimental, compete ao nosso órgão técnico opinar sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projetado.

Indubitavelmente, a proposição atende às exigências substanciadas na Constituição Federal relativamente:

- à competência da União para legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, inciso I);
- à atribuição do Congresso Nacional para, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48);
- ao adequado processo legislativo ordinário utilizado (art. 59, inciso III);
- à legitimidade da iniciativa parlamentar (art. 61).

Face às antecedentes razões apresentadas, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, do Senado Federal, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 1989.

  
Deputado OSCAR CORRÊA JÚNIOR  
Relator

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do relator.

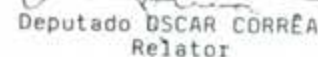
Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Bernardo Cabral, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Michel Temer, Aloysio Chaves, Costa Ferreira, Eliézer Moreira, Evaldo Gonçalves, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Nilson Gioson, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Paes Landim, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Roberto Torres, Jovani Masini, Alcides

Lima, Jesualdo Cavalcanti, Adylson Motta, Jorge Arbage, Lélío Souza, Ubiratan Aguiar e Rodrigues Palma.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM  
Presidente

  
Deputado OSCAR CORRÊA  
Relator

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I. RELATÓRIO:

O projeto do Senado Federal pretende acrescentar parágrafos ao art. 458 da CLT, com o seguinte conteúdo:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual;

- quando se tratar de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

É o relatório.

##### II. VOTO DO RELATOR:

O Projeto de Lei do Senado Federal, em que pese a importância da iniciativa e o acerto em definir limites para o salário in-natura, ainda, salvo melhor juízo, não resolve o problema que pretende solucionar.

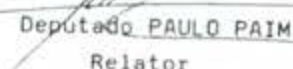
A Câmara dos Deputados, por seu Plenário, aprovou recentemente Projeto de Lei dispendo sobre o trabalho da empregada doméstica, consignando para aquelas trabalhadoras um salário in-natura que não poderia ultrapassar de 10% (dez por cento) do total do salário.

Se naquele caso, dadas as peculiaridades do trabalho não se estabeleceu limite maior do que 10%, não será a gora que a Câmara irá alterar a sua posição.

Desta forma, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, na forma do substitutivo em anexo.

É o nosso voto.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator

SUBSTITUTIVO DO RELATOR  
AO PL nº 8.422/91

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações in-natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.


  
Deputado PAULO PAIM - Relator

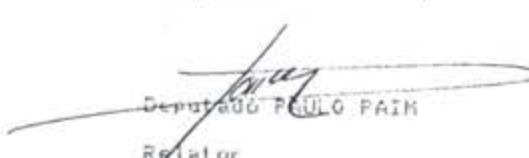
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, OPINOU, UNANIMEMENTE, pela aprovação, com Substitutivo do Projeto de Lei nº 8.422/64, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Carlos Alberto Campista - Presidente, Amaury Müller, Délio Braz e José Carlos Sabóia - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Aldo Rebelo, Marcos Lima, Maurício Mariano, Zaire Rezende, Chico Vigilante, Beraido Boaventura, Jakes Ribeiro, Mauro Sampaio, Paulo Paim, Paulo Rocha, Hugo Biehl, João de Deus Antunes, Caldas Rodrigues, Jair Bolsonaro, Messias Góis, Sérgio Barcellos, Nilson Gibson, Augusto Carvalho, Sigmaringa Seixas e Ernesto Gradella.

Sala da Comissão, em 15 de maio de 1992.

  
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O Art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações in-natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

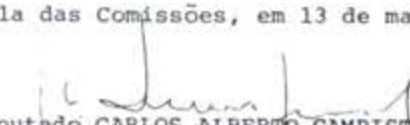
§ 2º - .....

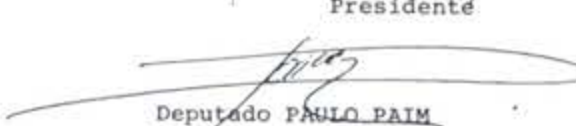
§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1992.

  
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*[Assinatura manuscrita]*  
04/3

Requeiro, na forma regimental, preferência para  
Votação do texto original do PL nº 8.422-A, de 1986.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1993.

LÍDER DO PSDB

*[Assinatura manuscrita: Marconi Perillo]*  
*[Assinatura manuscrita: Fernando J. Riff]*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Alde*  
*25.3*

## REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos regimentais, o adiamento da discussão, por dez sessões, do PL nº 8.422-A de 1986.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1993.

*[Assinatura]*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Them*

PROJETO DE LEI Nº 8.422-B, DE 1986  
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. OSCAR CORREA); DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. PAULO PAIM); E DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EM AUDIÊNCIA, PELA APROVAÇÃO, CONTRA O VOTO DO SR. JOÃO MENDES E, EM SEPARADO, DO SR. OSÓRIO ADRIANO (RELATOR: SR. SAULO COELHO).

A MATÉRIA TEVE SUA DISCUSSÃO ADIADA NA SESSÃO DO DIA 25 DE MARÇO DE 1993.

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.



PROJETO DE LEI Nº 8.422-B, DE 1986  
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. OSCAR CORREA); DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. PAULO PAIM); E DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EM AUDIÊNCIA, PELA APROVAÇÃO, CONTRA O VOTO DO SR. JOÃO MENDES E, EM SEPARADO, DO SR. OSÓRIO ADRIANO (RELATOR: SR. SAULO COELHO).

A MATÉRIA TEVE SUA DISCUSSÃO ADIADA NA SESSÃO DO DIA 25 DE MARÇO DO CORRENTE ANO.

*SOBRE A MESA REQUERIMENTO NOS SEGUINTE TERMOS:*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

PASSA-SE À VOTAÇÃO.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Item 3

PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986  
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. OSCAR CORREA); E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. PAULO PAIM).

*SOBRE A MESA REQUERIMENTO DOS SEGUINTE TERMES:*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

PASSA-SE À VOTAÇÃO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Item 5*

PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986  
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. OSCAR CORREA); E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. PAULO PAIM).

A MATÉRIA TEVE SUA DISCUSSÃO ADIADA NA SESSÃO DO DIA 25 DE MARÇO DO CORRENTE ANO.

*SOBRE A MESMA REQUERIMENTO NOS SEGUINTES TERMOS:*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

*Declarado*

*EMENDADO; O PROJETO RETORNA ÀS COMISSÕES.*



5



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Handwritten signature and date 02/3*

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, <sup>VOTAÇÃO</sup> ~~discussão~~ PREFERÊNCIA para o Projeto de Lei nº 8.422-A de 1986, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1993.

*Assinatura*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Alto  
02/3

*Sobre substitutivo*

Requeremos, nos termos regimentais, **preferência na votação**, para o Projeto de Lei nº 8.422-B, de 1986, que "**acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", item nº 6 da pauta da Ordem do Dia de Hoje.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1993

Normando J. Rios  
P/ LIDERANÇA DO PMDB





PROJETO DE LEI Nº 8.422-B, DE 1986  
(DO SENADO FEDERAL)

VOTAÇÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. OSCAR CORRÊA); DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. PAULO PAIM); E DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EM AUDIÊNCIA, PELA APROVAÇÃO, CONTRA O VOTO DO SR. JOÃO MENDES E, EM SEPARADO, DO SR. OSÓRIO ADRIANO (RELATOR: SR. SAULO COELHO).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO  
E SERVIÇO PÚBLICO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

-----  
(SE APROVADO)

ESTÁ PREJUDICADO O PROJETO INICIAL.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

(SE REJEITADO) OU HOUVER PREFERÊNCIA APROVADA

EM VOTAÇÃO O PROJETO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

*ado 02/3*

-----  
(SE APROVADO)

ESTÁ PREJUDICADO O SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINIS-  
TRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

(SE REJEITADO O SUBSTITUTIVO)

A MATÉRIA VAI À SANÇÃO.

---

(SE APROVADO O SUBSTITUTIVO)

A MATÉRIA RETORNA AO SENADO FEDERAL.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.422-A DE 1986

REQUERIMENTO

*alvd*  
*14/4/93*

Requeiro, na forma do art. 117, X, do Regimento Interno, audiência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio para o PL nº 8.422-A, de 1986.

Sala das sessões, em 14 de abril de 1993.

*[Assinatura]*



CÂMARA DOS DEPUTADOS


*Recebi em devolução a emenda ao PL 8422A, item 5 de 1986, por ter sido aprovada audiência*

PROJETO DE LEI Nº 8422-A/86

Emenda Supressiva

Suprima-se do art. 1º do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público ao PL nº 8422-A/86, que altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, o § 1º, que dá nova redação ao § 1º do referido artigo da CLT e do § 3º a expressão "observando sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo".

Sala das Sessões, de abril de 1993.

  
Deputado

*16/04/93  
Melo  
recebi 2 cópias*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Recebi em devolução a emenda oferecida ao PL 8.422-A,  
de 1986, por ter sido aprovada audiência  
(A. 3052)

## PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986

"Acrescenta dispositivos à  
Consolidação das Leis  
Trabalhistas".

Autor: SENADO FEDERAL

### EMENDA

Redija-se assim, o parágrafo 3º do PL nº 8.422-A, de  
1986 (do Senado Federal):

Parágrafo 3º - A habitação e a alimentação fornecidas  
como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam  
e não poderão exceder, respectivamente, a 22% (vinte e dois por  
cento) e 18% (dezoito por cento) do salário contratual

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1993.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

alvdo  
25/11

SR. PRESIDENTE,

Requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, que os  
itens 6 e 7 sejam apreciados em ~~penúltimo e~~ último lugar, ~~respectivamente~~.

Sala das sessões, em 25 de novembro de 1993.

Orlando H. Ribeiro  
P/ LIDERANÇA DO PMDB



alv  
23/11

Senhor Presidente,

deputado  
discussão

Requeremos, nos termos regimentais, <sup>re tirada de</sup> ~~o~~ **adiamento da**  
discussão do Projeto de Lei nº 8.422-B, de 1986, que "**acrescenta dispositivos à Conso-**  
**lidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**",  
por **10 sessões**.

Sala das sessões, 23 de novembro de 1992.

Normando V. Rios  
LIDER DO AMOB



*retrabalho*  
*24/2*

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 83, alínea "d" do Regimento Interno, diante da luta de uma categoria, a de DESENHISTA, que desde 1978 vem lutando pela regulamentação da profissão, quando o Senador Nelson Carneiro apresentou Projeto de Lei 262/78, solicito seja feita a INVERSÃO DE PAUTA, passando o item ~~17~~ PL Nº 5806-A/90, para o item ~~15 (quinta)~~ da Ordem do Dia desta Sessão.

*16 (DEZESSEIS)*

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1994.

*Pro. Veloso*  
*Vice-líder do PP*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*W*  
*1º/3/94*

*SR. PRESIDENTE*

*pelos termos regimentais, REQUEIRO  
A V. EXA. O ADIAMENTO, POR NTA Sessão, DA  
VOTAÇÃO DO PL. 8.422/86*

*SALA / Sessões, ET — / — / —*  
*Assinatura*

Aprovado o adiamento da discussão da matéria, pro dez sessões.

Em 25 de março de 1993.

Aprovado o requerimento de preferência para a votação do projeto. Aprovado o projeto. Vai a sanção.

Em 02.03.94



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 8.422-A, DE 1986

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com Substitutivo.

(PROJETO DE LEI Nº 8.422, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458. ....

§ 1.º ....

§ 2.º ....

§ 3.º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4.º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

(\*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — Resolução n.º 6/89)



Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de novembro de 1986. — José Fragelli, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

(Lei Aprovada pelo Decreto N.º 5.452,  
de 1.º de maio de 1943.)

**TÍTULO IV**

**Contrato Individual do Trabalho**

**CAPÍTULO II**

**Da Remuneração**

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1.º Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2.º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

**SINOPSE**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 302/80**

**Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,**

... aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

... Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.

... Lido no expediente da sessão de 23-10-80 e publicado no DCN (Seção II) de 24-10-80.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Em 11-3-83, é arquivado nos termos do art. 337 do RI.

Em 15-4-83, é incluído em Ordem do Dia o RQS n.º 467/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 4-4-83, de desarquivamento do PLS n.º 302/80.

Em 18-4-83, é aprovado o RQS n.º 467/83, de desarquivamento do projeto.

Em 25-10-84, são lidos os seguintes pareceres:

N.º 689/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

N.º 690, da Comissão de Legislação Social, relatado pela Senhora Senadora Eunice Michiles, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 1-CLS.

N.º 961/84, da Comissão de Finanças, relatado pelo Senhor Senador Pedro Simon, pela aprovação do projeto com a Emenda n.º 2-CF. Aguardando inclusão Ordem do Dia.



Em 15-8-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, com as Emendas n.ºs 1-CLS e 2-CF. A CR, para redigir o vencido para o 2.º turno regimental.  
 Em 30-9-86, é lido o Parecer n.º 1.030/86, da Comissão de Redação.  
 Em 26-11-86, é incluído em Ordem do Dia, discussão segundo turno.  
 É aprovado nos termos do art. 315, do Regimento Interno.  
 A Câmara dos Deputados com o Ofício SM n.º 722, de 27-11-86.

RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

- a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e
- b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no *caput* deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado Paes de Andrade, Presidente.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

**I- RELATÓRIO**

Oriundo do Senado Federal, visa o projeto de lei acima ementado acrescentar §§ 3º e 4º ao art. 458 da CLT para estabelecer que:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% e 20% do salário contratual;

- em se tratando de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em



qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

Argumenta o autor da proposição, nobre Senador Humberto Lucena, o seguinte:

"Os acréscimos de dispositivos (2º a 4º) ora feitos ao art. 458, CLT, que trata do pagamento de salário in natura visam, basicamente, definir melhor os salários-utilidade de habitação e da alimentação, assim como fixar-lhes percentuais máximos, para que não se causem prejuízos irreparáveis aos trabalhadores.

Aliás, a experiência tem demonstrado muitos abusos praticados sob o disfarce de salário in natura, justamente em razão de o texto legal pertinente não ser muito claro".

Nesta Casa, foi a proposta de lei em apreço distribuída às duntas Comissões de Constituição e Justiça e Redação e de Trabalho.

É o relatório.

#### VOTO DO RELATOR

Na forma regimental, compete ao nosso órgão técnico opinar sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projetado.

Indubitavelmente, a proposição atende às exigências substanciadas na Constituição Federal relativamente:

- à competência da União para legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, inciso I);
- à atribuição do Congresso Nacional para, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48);
- ao adequado processo legislativo ordinário utilizado (art. 59, inciso III);
- à legitimidade da iniciativa parlamentar (art. 61).

Face às antecedentes razões apresentadas, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, do Senado Federal, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 1989.

  
Deputado OSCAR CORRÊA JÚNIOR  
Relator

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Bernardo Cabral, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Michel Temer, Aloysio Chaves, Costa Ferreira, Eliézer Moreira, Evaldo Gonçalves, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Nilson Gioson, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congo Neto, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Paes Landim, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Selxas, Roberto Torres, Jovani Masini, Alcides

Lima, Jesualdo Cavalcanti, Adylson Motta, Jorge Arbage, Lélío Souza, Ubiratan Aguiar e Rodrigues Palma.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM  
Presidente

  
Deputado OSCAR CORRÊA  
Relator

#### PARECER DA COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

##### I. RELATÓRIO:

O projeto do Senado Federal pretende acrescentar parágrafos ao art. 458 da CLT, com o seguinte conteúdo:

- a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual;

- quando se tratar de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

É o relatório.

##### II. VOTO DO RELATOR:

O Projeto de Lei do Senado Federal, em que pese a importância da iniciativa e o acerto em definir limites para o salário in-natura, ainda, salvo melhor juízo, não resolve o problema que pretende solucionar.

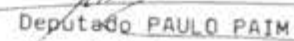
A Câmara dos Deputados, por seu Plenário, aprovou recentemente Projeto de Lei dispondo sobre o trabalho da empregada doméstica, consignando para aquelas trabalhadoras um salário in-natura que não poderia ultrapassar de 10% (dez por cento) do total do salário.

Se naquele caso, dadas as peculiaridades do trabalho não se estabeleceu limite maior do que 10%, não será agora que a Câmara irá alterar a sua posição.

Desta forma, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986, na forma do substitutivo em anexo.

É o nosso voto.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.

  
Deputado PAULO PAIM  
Relator

SUBSTITUTIVO DO RELATOR  
AO PL nº 8.422/91

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações in-natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1991.

Deputado PAULO PAIM - Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, OPINOU, UNANIMEMENTE, pela aprovação, com Substitutivo do Projeto de Lei nº 8.422/86, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Carlos Alberto Campista - Presidente, Amaury Müller, Délio Braz e José Carlos Sabóia - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Aldo Rebelo, Marcos Lima, Maurício Mariano, Zaire Rezende, Chico Vigilante, Beraldo Boaventura, Jakes Ribeiro, Mauro Sampaio, Paulo Paim, Paulo Rocha, Hugo Biehl, João de Deus Antunes, Caidas Rodrigues, Jair Bolsonaro, Messias Góis, Sérgio Barcellos, Nilson Gibson, Augusto Carvalho, Sigmaringa Seixas e Ernesto Gradella.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 1992.

Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

Deputado PAULO PAIM  
Relator

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O Art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 458 - .....

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações in-natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, no seu total, a 10% (dez por cento) do salário.

§ 2º - .....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial, no caso da habitação, por mais de uma família, observado sempre o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1992.

Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Presidente

Deputado PAULO PAIM  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.422-C, DE 1986

REDAÇÃO FINAL

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458 - .....  
.....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 2 de março de 1994.

  
Relator

PS-GSE/ 042 /94

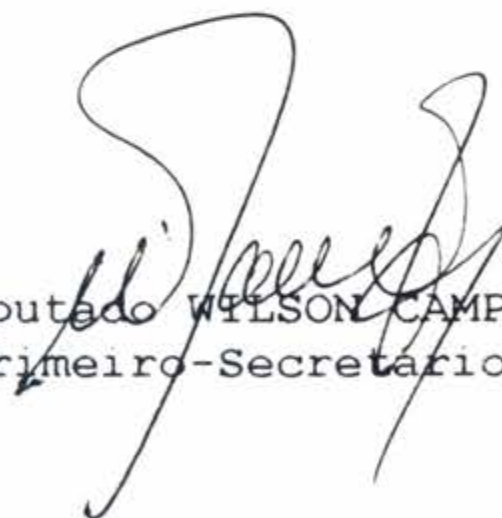
Brasília, 09 de março de 1994

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei dessa Casa nº 8.422, de 1986 (nº 302/80, no Senado Federal), que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,



Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro-Secretário

Sua Excelência o Senhor  
Senador JÚLIO CAMPOS  
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal  
N E S T A



MENSAGEM Nº 05 /94

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS envia a Vossa Excelência, para os fins constantes do artigo 66 da Constituição Federal, o incluso Projeto de Lei, do Congresso Nacional, que "acrescenta dispositivos a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 07 DE março DE 1994.

*704 5*

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458 - .....  
.....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
CÂMARA DOS DEPUTADOS, 07 de março de 1994.

*[Handwritten signature]*



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
SEÇÃO DE SINOPSE

PROJETO DE LEI N.º 8.422

de 19 86

A U T O R

**E M E N T A**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943.  
(dispondo que a habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade não poderão exceder respectivamente, a 20 e 25 por cento do salário contratual).

SENADO FEDERAL  
(PLS. 302/80 - Sen. HUMBERTO  
LUCENA -PMDB/PB)

**A N D A M E N T O**

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Vetado

Razões do veto-publicadas no

PLENÁRIO

01.12.86

É lido e vai a imprimir.

DCN 02.12.86, pág. 11197, col. 03.

**SOBRESTADO** nos termos do Art.  
7º do ATO DA MESA N.º 1/87  
DCN de \_\_/\_\_/\_\_, pág. \_\_\_\_, col. \_\_

**Mesa** - Art. 3º Pct 6/88

PL. 8.422/86

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça e Redação; e de Trabalho.  
(NOVO DESPACHO - Art. 3º da Resolução nº 06/89)

PLENÁRIO

07.08.89 É lido e vai a imprimir.

DCN 08.08.89, pág. 7238, col. 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

29.08.89 Distribuído ao relator, Dep. OSCAR CORRÊA.

DCN 01.09.89, pág. 8912, col. 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

06.12.89 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. OSCAR CORRÊA, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

DCN 03.03.90, pág. 0939, col. 01.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

22.08.91 Distribuído ao relator, Dep. PAULO PAIM.

DCN 23/08/91, pág. 14876, col. 02

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

02.10.91 Parecer contrário do relator, Dep. PAULO PAIM, ao projeto e pela aprovação do substitutivo.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

13.05.92 Aprovado unanimemente o parecer contrário do relator, Dep. PAULO PAIM ao projeto e pela aprovação do substitutivo.

DCN 27/05/92, pág. 10623, col. 02



## ANDAMENTO

06.07.92 PRONTO PARA A ORDEM DO DIA  
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo.  
(Pl. Nº 8.422-A/86)

DCN 01/07/92, pág. 15177 col. 01

25.03.93 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Aprovado requerimento do Dep. Luis Eduardo, líder do BLOCO, solicitando o adiamento da discussão por 10 sessões.

DCN 26/03/93, pág. 6149 col. 02

14.04.93 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Aprovado requerimento do Dep. Luis Eduardo, solicitando audiência da CEIC para este projeto.  
Vai à CEIC.

DCN 15/04/93, pág. 7509 col. 01

29.04.93 COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (AUDIÊNCIA)  
Distribuído ao relator, Dep. SAULO COELHO.

DCN 30/04/93, pág. 8490 col. 02

24.05.93 COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Parecer favorável do relator, Dep. SAULO COELHO a este e contrário ao substitutivo da CTASP.

02.06.93 COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Parecer favorável do relator, Dep. SAULO COELHO a este e contrário ao substitutivo da CTASP.  
Concedida vista ao Dep. OSÓRIO ADRIANO.

DCN 04/06/93, pág. 15601 col. 01

## ANDAMENTO

- 30.06.93 COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
O Dep. OSÓRIO ADRIANO, que pedira vista, devolve o projeto apresentando voto em separado favorável a este e contrário ao substitutivo da CTASP. Parecer favorável do relator, Dep. SAULO COELHO a este e contrário ao substitutivo da CTASP.
- 01.09.93 COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. SAULO COELHO a este e contrário ao Substitutivo do CTASP.
- 04.11.93 PRONTO PARA A ORDEM DO DIA  
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com Substitutivo; e da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em audiência, pela aprovação, contra o voto do Dep. João Mendes e voto em separado do Dep. Osório Adriano.  
(PL. Nº 8.422-B/86)

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO POR FALTA DE "QUORUM"  
no (s) dia (s) 18.11.93

PLENÁRIO

- 23.11.93 Discussão em Turno Único.  
Aprovado requerimento do Dep. Germano Rigotto, solicitando a retirada de pauta deste projeto.

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO POR FALTA DE "QUORUM"  
no (s) dia (s) 25.11.93 (duplo), 02.12.93, 08.12.93, 21.12.93, 04.01.94, 05.01.94, 12.01.94 (09.00 horas)

PLENÁRIO (17.00 horas)

ADIADA A DISCUSSÃO POR FALTA DE "QUORUM"  
no (s) dia (s) 12.01.94 (4.00 horas)



ANDAMENTO

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO POR FALTA DE "QUORUM"

no (s) dia (s) 13.01.94, 18.01.94 (de ofício), 19.01.94 (de ofício), 20.01.94, 25.01.94 (de ofício), 01.02.94, 02.02.94 (de ofício),

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO POR FALTA DE "QUORUM"

no (s) dia (s) 08.02.94,

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO EM FACE DO ENCERRAMENTO DA  
SESSÃO, no (s) dia (s) 09.02.94,

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO POR FALTA DE "QUORUM"

no (s) dia (s) 22.02.94

PLENÁRIO

ADIADA A DISCUSSÃO EM FACE DO ENCERRAMENTO DA  
SESSÃO, no (s) dia (s) 23.02.94

PLENÁRIO

24.02.94

Discussão em Turno Único.

Encerrada a discussão.

Apresentação de requerimento pelo Dep. Germano Rigotto, na qualidade de líder do PMDB, solicitando preferência de votação do PL. 8.422/86 sobre o substitutivo da CTASP.

Retirado de pauta, de ofício.

VIDE VERSO...

## ANDAMENTO

PLENÁRIO

01.03.94

Votação em Turno Único.

Aprovado requerimento do Dep. Gerson Peres, líder do PPR, solicitando o adiamento da votação por 01 sessão.

PLENÁRIO

02.03.94

Votação em Turno Único.

Aprovado requerimento do Dep. Germano Rigotto, na qualidade de líder do PMDB, solicitando preferência de votação para o projeto sobre o substitutivo da CTASP.

Em votação o projeto: APROVADO. Contra os votos do PL e PPR.

Prejudicado o substitutivo da CTASP.

Em votação a Redação final, oferecida pelo relator, Dep.

: APROVADA.

Vai à Sanção.

(PL. 8.422-C/86)

À SANÇÃO, ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº.



LEI Nº 8.860, DE 24 DE MARÇO DE 1994

Acrescenta dispositivos à Consolidação das  
Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei  
nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458. ....  
.....

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO  
*Walter Barello*

Aviso nº 594 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 24 de março de 1994.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986 (nº 302/80 no Senado Federal), que se converteu na Lei nº 8.860, de 24 de março de 1994.

Atenciosamente,

HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**PRIMEIRA SECRETARIA**

Em 25/03/94, Ao Senhor  
Secretário-Geral da Mesa

Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro Secretário

**ARQUIVE-SE**

Em 25/03/94

Secretário - Geral da Mesa

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
**BRASÍLIA-DF.**



Mensagem nº 238

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 8.860, de 24 de março de 1994.

Brasília, 24 de março de 1994.

Auel

**LEI Nº 8.860 , DE 24 DE MARÇO DE 1994.**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das  
Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei  
nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com  
as seguintes alterações:

"Art. 458. ....  
.....

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender  
aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco  
por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela  
correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de  
co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por  
mais de uma família."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1994; 173º da Independência e 106º da República.





Sanções

24/03/94

Hy

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458 - .....  
.....

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 07 de março de 1994.




Aviso nº 594 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 24 de março de 1994.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986 (nº 302/80 no Senado Federal), que se converteu na Lei nº 8.860, de 24 de março de 1994.

Atenciosamente,

  
HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
**BRASÍLIA-DF.**



Mensagem nº 238

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 8.860, de 24 de março de 1994.

Brasília, 24 de março de 1994.

Auel

**LEI Nº 8.860 , DE 24 DE MARÇO DE 1994.**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458. ....  
.....

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1994; 173º da Independência e 106º da República.






Aviso nº 594 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 24 de março de 1994.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 8.422, de 1986 (nº 302/80 no Senado Federal), que se converteu na Lei nº 8.860, de 24 de março de 1994.

Atenciosamente,

  
HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
**BRÁSÍLIA-DF.**

Mensagem nº 238

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 8.860, de 24 de março de 1994.

Brasília, 24 de março de 1994.





**LEI Nº 8.860 , DE 24 DE MARÇO DE 1994.**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 458. ....  
.....

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1994; 173º da Independência e 106º da República.



## OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: \_\_\_\_\_